

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO ESTUDANTE DE DIREITO

Adhemar Ronquim Filho*
Fabricio Dorado Soler**

“Aquele que simplesmente está sobre o leão não tem como compreendê-lo”.
Nicolò Machiavelli

Introdução

O processo de preparação para enfrentar a vida social dá condições para que se adquiram valores que marcarão as decisões a serem tomadas durante o exercício de futuras atividades. Da natureza dos conhecimentos adquiridos decorre a oportunidade de formação de cidadãos capazes de desempenhar um papel fundamental na sociedade. A aquisição de valores essenciais constitui-se, portanto, na garantia de que a difusão de tais valores seja mantida.

O interesse em preencher os requisitos importantes para uma profícua participação social e política subentende a necessidade do aperfeiçoamento técnico na carreira escolhida, ao lado de uma sólida formação para o exercício da cidadania.

Objetivo

O presente texto pretende discutir o cenário em que convivem os estudantes universitários, dando ênfase especial aos acadêmicos de Direito, discutindo, de modo particular, os fatores que condicionam a um alheamento da preocupação política efetiva. Nosso interesse também é debater a contribuição das Universidades e dos professores para proporcionar aos alunos uma formação consciente, numa tentativa de desenvolver ações que neutralizem o descrédito crescente do estudante na participação política. Sua estreita relação com esta

* Bacharel do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA. Pós-graduando em Direito Ambiental pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Advogado do Passos, Souza e Silva Advogados Associados.

** Bacharel do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA. Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Advogado militante em São Paulo.

questão se explica pelo íntimo relacionamento que apresenta com os inúmeros papéis que poderá desempenhar futuramente.

Na sua função de orientar, representar e defender os desprovidos e não conscientes de seus direitos, é importante que o estudante de Ciências Jurídicas se prepare para ostentar, ao lado da capacidade profissional, um interesse pessoal em motivar a coletividade para as discussões que possam conscientizar as pessoas daqueles direitos e dos deveres correlatos, para, assim, provocar mudanças na sociedade, inibindo omissões e arbitrariedades.

O atendimento das condições relacionadas acima implica numa discussão política. Falar sobre Política exige o cuidado de que sejam estabelecidos os limites e o sentido do conceito. Em relação ao limite, interessa-nos a Política em sentido mais amplo e geral, desprovida de seu caráter partidário. Sabemos que para o exercício da cidadania não é imprescindível a participação político-partidária. A soberania pessoal é garantida pelo exercício do voto, direto e secreto. Relativamente ao conceito, entre os vários apontados pelos mais diversos autores, cuja divergência terminológica é enorme, chegando ao exagero de um mesmo autor apresentar vários sentidos para a palavra, recorreremos às explicações de Norberto Bobbio em seu Dicionário de Política. Segundo o autor citado, o significado clássico e moderno de Política se origina do termo polis, que diz respeito a tudo o que é urbano, civil, público; que se refere à cidade e até aos termos social e sociável. Desde a origem do termo ocorreu uma transposição do significado de conjunto das coisas qualificadas pelo adjetivo político para a forma de saber mais ou menos organizado sobre as coisas da cidade. Atualmente a palavra distanciou-se de seu significado original, tendo sido substituído por expressões como Ciência do Estado, Doutrina do Estado e muitas outras, sempre indicando atividades que têm como referência a polis, ou seja, o Estado. Para atender aos objetivos por nós propostos, usaremos o conceito seguinte: “habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados”. Isto é, para nós, Política, trata-se de um meio de interação em que os indivíduos de um determinado grupo participam ativamente de tudo que os cerca com a finalidade de formar uma sociedade mais igualitária e mais humana. Considerando este sentido como o mais adequado aos nossos propósitos, é nosso objetivo propor ações que contribuam para que a atividade política se aproxime desse ideal.

Justificativa

Entendida como interação, a Política insere-se nos vários setores da vida social. É um gênero de atividade que se ramifica em todas as direções. Está presente na relação familiar diária e nos pontos mais nevrálgicos da sociedade. Entre essas ramificações destacamos as políticas urbana, ambiental, educacional, de saúde, de transporte, habitacional, financeira, de segurança, entre outras. A

variedade não se esgota nos exemplos. Sua complexidade e relevância exigem, em conseqüência, uma atenção especial no sentido de se proceder à conscientização da sociedade para direcionar corretamente as reivindicações sociais. Justifica-se, portanto, um estudo da participação política, principalmente do estudante de Direito, em seus pontos positivos e negativos, para que se possa extrair uma proposta para a intensificação e a valorização da atividade participativa.

A pouco significativa taxa de engajamento político do universitário brasileiro, de maneira geral, contrasta seriamente com a imagem de contestador inveterado atribuída aos jovens. A comparação do momento presente com outros períodos da história do país demonstra que, apesar da abertura do espaço para contestações, na atualidade a ocupação desse espaço não aconteceu numa proporção desejável. Com exceção de alguns episódios pontuais, que provocaram a exacerbação das consciências e a conseqüente e momentânea manifestação dos estudantes, a apatia é a característica da maior parte da população acadêmica. As razões apresentadas para a explicação dos fatos recaem sobre os problemas socio-econômicos ou se direcionam para a deficiência e a falta de estímulo ao debate e à participação.

A despolitização do acadêmico de Direito sobressai, entre todas, como a maior omissão. Apesar do reconhecimento como um baluarte na defesa das questões sociais, ultimamente ele tem marcado presença apenas em movimentos coletivos inócuos. Esta atuação tem sido interpretada como o adiamento de uma responsabilidade a ser cumprida no futuro, quando no exercício de sua profissão tiver que garantir a preservação dos direitos daqueles a quem deve representar.

A posição a ser adotada deve ser a de defesa de uma grande comunhão dos estudantes com suas unidades de representação e com as próprias Universidades para alterar o status quo de inércia e de omissão. Não é apenas com os movimentos de rua e as manifestações de protesto que se demonstra a efetiva participação. Ela se concretiza no dia a dia, nos debates de temas atuais e polêmicos, na divulgação de idéias, na elaboração de propostas, no acompanhamento dos fatos e no embate das opiniões, com a finalidade de conquistar adeptos para a causa da participação. Com essas ações busca a alteração do curso dos acontecimentos a que temos assistido, de que a participação é mais comentada do que praticada. Justifica-se, portanto, este estudo para a proposição de medidas que possam contribuir para o despertar do espírito participativo e empreendedor; para a apresentação de sugestões capazes de promover a capacitação e o interesse pelo desempenho de atividades públicas, em favor da comunidade.

A representatividade estudantil

A imagem de defensor de grandes causas que o estudante de Direito possui foi construída pela condição de alguns movimentos sociais de caráter nacional. Um exemplo marcante foi a denúncia feita através do protesto juvenil com o golpe militar de 1964, que serviu para alertar a sociedade sobre os malefícios trazidos por um governo ditatorial. As aglomerações estudantis de protesto irradiavam, além do inconformismo, a certeza de que aquele estado de coisas não poderia permanecer. As medidas de repressão não conseguiram arrefecer a intenção proposta; apenas cerceavam os protestos quando a força coercitiva militar se apresentava de maneira mais ostensiva.

Tais experiências reuniram os estudantes em torno de um órgão central – a UNE – que ganhou notoriedade ao manter na pauta dos seus debates notórias questões de interesse nacional. A semente aí lançada, de uma organização firme em seus propósitos e atuante em suas responsabilidades, voltou a germinar em 1984. Durante o movimento das Diretas Já, vivenciando o clima de redemocratização, sem o peso das restrições anteriormente impostas, puderam voltar às ruas manifestando suas vontades.

O fortalecimento da movimentação estudantil redundou no fortalecimento paralelo da UNE e provocou o nascimento de outras entidades estudantis, gerando aumento da diversidade e da representatividade. Em 1992, o movimento “cara pintada” ilustrou a campanha pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello e comprovou a tendência de pretensos líderes, estimulados pela falta de senso crítico quanto ao momento político, de usar a participação dos estudantes nos movimentos sociais para ascender a cargos eletivos. Essa experiência mostrou a possibilidade de exploração de um filão que passou a ser utilizado por indivíduos que se lançaram na coordenação de movimentos estudantis com o interesse de fazer carreira política. Esta e outras variáveis intervenientes contribuíram para fragilizar os movimentos. Uma delas, de origem interna, foi a disputa entre uniões de estudantes para conseguir um maior número de filiados como meio de demonstrar poderio. Outra foi a inépcia de algumas entidades que, devido à incapacidade de oferecer algo de maior importância, acenaram com a concessão de carteiras de estudante como meio para conseguir a vantagem da meia entrada para espetáculos cinematográficos e teatrais, fazendo disso seu grande objetivo.

Paralelamente aos problemas de representatividade, os acadêmicos de Direito têm outro desafio a enfrentar: a competitividade do mercado de trabalho. Esta vem tornando escassas as possibilidades de emprego e tem provocado reações contraditórias com conseqüências coincidentes nos estudantes. Enquanto em alguns alunos manifesta-se por meio de afinco e dedicação exclusiva aos estudos, para dispor de maior conhecimento para enfrentar a concorrência, em outros se manifesta pelo total desencantamento ao estudo e

às outras atividades. Em ambos os casos a participação política está ausente pela incerteza das garantias de oportunidade que julgam que ela pode oferecer. Falta a esses estudantes a percepção de que uma dedicação maior à vida política leva à maior qualificação profissional e à gratificante posição de representante da consciência pública; um cidadão que velará para que menos arbitrariedades sejam cometidas. A contagiante alienação que se propaga em ritmo acelerado entre os elementos desse estrato, aliada à falta de iniciativa das Universidades em estimular a diversificação das atividades didático-pedagógicas, cria um círculo vicioso de passividade e de frustração.

A multidisciplinaridade da ciência jurídica

O Direito apresenta especificidades que o distinguem de qualquer outra ciência. Seus estudiosos têm de se portar com maior interesse, pois a Ciência Jurídica apresenta uma multidisciplinaridade que não está presente em nenhuma outra. Reforçando essa afirmação de abrangência, temos o testemunho de Kelsen (1985), para quem o conceito de Direito se confunde com o de Estado e acentua a fundamental necessidade de conhecê-lo devido à sua magnitude e ubiquidade.

Ives Gandra Martins (1999, p.18) faz o seguinte comentário: “Confesso que, deliberadamente e após muita reflexão, deixei de aceitar a concepção de que o campo de estudo do jurista reduzir-se-ia ao da singela formulação compartimentada do comando positivo, sem que as outras ciências e os outros elementos, tidos por pré ou meta jurídicos, pudessem dizer-lhes respeito. Considerando o Direito a mais universal das Ciências Sociais, posto que devendo regulá-las todas, em sua plataforma de ação, por todas é interpenetrado, obrigando seu profissional a ter cultura amplificada, capaz de sopesar as influências para encontrar seu ponto de equilíbrio, a que o atualíssimo Celso definia como a arte do bonum et equum”.

Concluimos por essas palavras, a que os estudantes de Direito devem estar voltados para e sobre tudo.

É antiga a idéia de que é imprescindível a participação política dos alunos dos cursos jurídicos para o próprio desenvolvimento intelectual e para a sociedade como um todo. Como a política marca presença em todas as esferas sociais, representa um ingrediente que pode agitar a estagnação de uma nação, pois participa da formação moral e técnica. O cidadão dotado de maiores conhecimentos poderá produzir mais, gerando renda para si e para a sociedade.

Em relação à moral, a Ética é condição indispensável ao profissional de Direito, pois sem sua presença, qualquer avanço social estará comprometido. Aristóteles, que tanto contribuiu para os primeiros pilares da Ciência Jurídica, trouxe à lume a questão da chamada “Ética Aristotélica”, fundada em um princípio único e moral, que serviria de indicador ao juízo. Em sua obra “Os primeiros

dez livros de Tito Lívio” ressalta o quão importante é para uma nação uma cultura política incorruptível e uma vigorosa moral política. Um dos caminhos para se atingir essa proposta, sem dúvida, acontece, principalmente, por meio do engajamento daqueles que optaram por essa disciplina, a qual é uma filosofia de vida. A redundância na idéia de que o estudante de Direito tem de ser mais ativo não é desprezível, porque ele é justamente quem tratará dos bens valiosos de um povo, como a vida, a igualdade e a liberdade. Terá muita coragem aquele que trazer consigo uma “virtude política”, como era defendida por Montesquieu, como o amor à pátria, o puro patriotismo que é uma forma de valorizar uma nação.

Indiferente ao que ocorre hoje, espera-se que todos, em especial o iniciante na carreira jurídica, arrogue-se esse sentimento, propondo-se a conhecer as mais diferentes questões políticas, com o propósito de que nos transformemos em um povo orgulhoso de nós mesmos, com estímulo a prosseguir no exercício político.

As propostas

A rápida análise das condições do aluno de Direito, sua representatividade e formas de participação, e sobre o caráter multidisciplinar da Ciência Jurídica, encaminha-nos para a apresentação de propostas para estimular a participação política dos estudantes. Estas propostas representam o resultado de experiências obtidas durante todo curso de graduação em Direito. Constituem reflexões feitas sobre as práticas observadas e vivenciadas. Com a pretensão de poder dar sugestão para reverter a atual situação de ceticismo e de alienação, nossas propostas, fruto de uma constatação, indicam medidas simples, possíveis de serem adotadas por todas as escolas. Referem-se às atividades desenvolvidas pelo Diretório Acadêmico e pelo Centro de Pensamento Político.

O Diretório Acadêmico

O primeiro instrumento que pode e deve ser utilizado para estimular a participação política é, sem dúvida, o Diretório Acadêmico. Ele possibilita um tipo de vivência que se constitui em um processo de engajamento natural e espontâneo. Uma das razões que pode explicar essa naturalidade é a eleição dos seus membros pelos próprios alunos. A prática cotidiana no Diretório e o contato com problemas de ordem administrativa ajudam a despertar os estudantes de sua passividade generalizada. Nossa afirmação fundamenta-se na experiência no exercício de funções no Diretório Acadêmico “Dr. Walter de Medeiros Mauro” do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA. As diretorias, da qual fizemos parte, exerceram mandatos de transição de períodos de desinteresse e apatia para outro que se apresenta como uma fase de promessa de grande participação. Um dos sinais mais evidentes de que já se

operaram mudanças foi o interesse despertado pelos últimos processos eleitorais da diretoria, em flagrante contraste com período anterior de vários anos, em que se inscrevia apenas uma chapa. Além de se constituírem em eleições disputadas, constituíram-se também em maior envolvimento por parte dos eleitores, cujo número quase se quintuplicou. O crédito de tal sucesso se deve ao trabalho de saneamento e moralização da organização administrativa e da valorização do papel do Diretório como órgão de representação discente. A atenção dada pelos professores e seu empenho em mostrar a importância daquela instituição frutificaram e deram sua resposta, produzindo mudanças. Percebe-se que a inércia foi superada.

O Centro de Pensamento Político

O outro instrumento utilizado para incentivar a participação acadêmica foi a criação, em 1996, de um Centro de Pensamento Político, no Centro Universitário de Araraquara - UNIARA - . A implantação desse Centro, em um ambiente acadêmico, representou a oportunidade utilizada por uma instituição de ensino superior para desempenhar de maneira eficaz, intelectualmente estimulante e sem os compromissos e as distorções da política profissional, suas atribuições de promover o debate, o estudo dos problemas da vida pública e a difusão de idéias e soluções mais adequadas.

No atual cenário mundial, no qual o Estado nacional passa por uma profunda crise, evidenciada por fatos tais como conformação de um único centro mundial de poder, desprestígio da classe política, movimento pela reforma do Estado, mudança geral no comportamento do homem contemporâneo, criação de organizações em número e diversidade crescentes, com funções e atribuições de poderes soberanos, adoção do neoliberalismo como prática e como ideologia, esses Centros de Pensamento, ou think tank, como são conhecidos entre os povos de língua inglesa, adquiriram grande importância como organizações modernas da sociedade civil.

Entre os objetivos do Centro de Pensamento Político da UNIARA, todos de caráter marcadamente pedagógico, sobressaem-se os seguintes: proporcionar o intercâmbio de idéias entre acadêmicos, corpo docente desta e de outras instituições, políticos e representantes do grupo dirigente, pessoas da comunidade que estejam interessadas em envolver-se em debates de assuntos relacionados às atuais tendências políticas, sem a necessidade de compartilhar de uma interpretação comum das causas ou das conseqüências dos acontecimentos; produzir idéias novas e enriquecer as já existentes, pela ocorrência do dissenso que possibilitará o aparecimento de diferentes visões alternativas para a realidade atual; afirmar-se como um centro de estudos, não partidário e como sujeito da política pública da atualidade e centro de difusão de idéias.

A frequência dos alunos ao Centro de Pensamento Político tem motivado

as pesquisas que levam à produção de idéias que têm se transformado em trabalhos de iniciação científica sobre assuntos políticos; tem estimulado debates sobre assuntos atuais que se constituem em preocupação; e tem despertado a atenção para questões que antes passavam despercebidas. O índice de frequência ao Centro é elevado, apesar de ser colocado como voluntário. Como participante e como observador, podemos dar nosso testemunho do interesse que as atividades do Centro têm despertado, acordando os alunos para uma nova forma de participação, não obrigatória, mas séria e estimulante.

Conclusões

O presente texto almejou traçar um quadro da participação política do estudante de Direito, comparando-a com a de outras épocas e analisando as razões da situação em que se encontra o engajamento estudantil, outrora tão vivaz. Foram sugeridos meios para despertar o interesse do jovem para as questões políticas e destacado o papel preponderante que deve exercer a Universidade no tocante à conscientização juvenil.

Buscou-se demonstrar que, com a superação da alienação do jovem estudante de Direito, toda a sociedade tende a ganhar, pois haverá mais cidadãos sensatos, em condições de difundir seus pensamentos críticos aos menos instruídos, para, quem sabe, em pouco tempo convivermos em um meio social mais justo e igualitário, composto de homens cômicos de seus direitos e deveres.

A simplicidade das medidas, apresentadas como sugestão para intensificar a participação política, contrasta enormemente com a diversificada natureza dos efeitos produzidos. Um exemplo vivo disso é a trajetória por nós percorrida, durante o curso. O período foi marcado por vários acontecimentos de seriedade comprovada pela nossa participação e pela observação dos colegas. Os efeitos conseguidos representam o despertar de uma nova consciência; sua profundidade pode até ter passado despercebida de fora, mas não pode ser desconsiderada por aqueles que viveram a experiência.

As duas sugestões feitas, entretanto, não se sustentam sem cuidados especiais e acompanhamento constante. A necessidade de que a Universidade e os professores continuem motivando os alunos à participação não se esgota. Procuramos indicar os instrumentos e os caminhos. Não deve faltar o estímulo.

Referências bibliográficas:

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Atena, 1960.

_____. *Os primeiros dez livros de Tito Lívio*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1988.

- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CALVEZ, Jean-Yves. **Política: uma introdução**. São Paulo: Ática, 1997.
- CERRONI, Umberto. **Política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DUVERGER, Maurice. **Ciência política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- MACHIAVELLI, Nicolò. **O príncipe**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Introdução ao direito. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva e PASSOS, Fernando (Org.). **Manual de iniciação ao direito**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- MONTESQUIEU, C.L.S. **O espírito das leis**. São Paulo: Victor Civita Ed., 1985.
- MOSCA, C.; BOUTHOU, G. **História das doutrinas políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- REALE, Miguel. **Obras políticas: 1ª fase – 1931/1937**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

Resumo:

O presente trabalho enfoca o estágio no qual se encontra o estudante de Direito, historicamente persona ativa nos fatos que atingem a vida contemporânea do momento, no que concerne à participação política, fator que também revela o grau de desenvolvimento de uma sociedade, além de apresentar os instrumentos que devem ser utilizados e implementados no combate à apatia estudantil: o Diretório Acadêmico e o Centro de Pensamento Político.

Palavras-chave:

Política; Estudante de Direito; Ciência Jurídica; Movimentos Estudantis; Diretório Acadêmico; Centro de Pensamento Político.